

DESPACHO

Processo: 8522/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Ocorrências e participações

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Processo: 8522/2025

Morada: Rua Senhora dos Bons Caminhos nº 40 e Rua das Águas Livres, Figueiredo

Assunto: Proposta de segunda notificação ao proprietário para proceder à limpeza de logradouro

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/33536 de 14 de Outubro de 2025.

RESOLUÇÃO

Face à informação prestada pela agente fiscalizadora que, em deslocação ao local a 24/09/2025, constatou que o logradouro identificado no processo se mantém com entulho suscetível de afetar a saúde pública e o ambiente ou provocar risco de incêndio, em violação do disposto no artigo C-1/27.º do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), pelo que, foi elaborada a respetiva se propõe superiormente:

1. Segunda notificação do proprietário do logradouro:

- Para, num prazo de quinze (15) dias proceder à limpeza do mesmo, tendo em conta a violação do disposto no artigo C-1/27.º do CRMB; e
- Informando, ainda, que dispõe do prazo de dez (10) dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal projeto de decisão, bem como requerer diligências complementares e/ou juntar elementos que considere relevantes, em sede de direito à audiência prévia dos interessados, conforme o disposto no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo.

Findo o prazo de audiência prévia sem que se pronuncie:



- Presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, transformando-se este automaticamente em decisão final;
- Dispõe do prazo de quinze (15) dias úteis para proceder voluntariamente à realização dos trabalhos de limpeza do logradouro.

Decorrido o prazo sem que tenha sido dado cumprimento aos termos da presente notificação, o Município procederá coercivamente à limpeza do logradouro, imputando posteriormente os custos havidos com tal operação ao/à proprietário/a (conforme o disposto no artigo C-1/27.º do CRMB),

2. Que se dê conhecimento da denúncia inicial ao SEPNA, à APA e à ARS para melhor atuação no âmbito das suas competências;

3. Que se dê conhecimento das diligências em curso à denunciante.

À superior consideração da Diretora do Departamento de Fiscalização, Dr.^a Bárbara Magalhães,

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

